



## **Ecoturismo enquanto viabilidade financeira na Reserva Particular do Patrimônio Natural Mata do Uru (PR)**

### ***Ecotourism as financial viability in the Natural Heritage Private Reserve: Mata do Uru (PR, Brazil)***

Fernando Henrique Kuchenbecker, Marcelo Limont

**RESUMO:** O artigo objetiva encontrar alternativas para a viabilidade financeira da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mata do Uru, pois para cumprir seus objetivos de conservação da biodiversidade são necessários investimentos financeiros e de capital humano, que nem sempre estão disponíveis aos responsáveis por sua gestão. O ecoturismo surge como potencialidade e referência, principalmente pela RPPN Mata do Uru estar localizada na Lapa (PR), um polo turístico relevante, com roteiros estabelecidos e infraestrutura implementada, bem como, a previsão da atividade no uso público em seu plano de manejo. Assim, a estrutura de organização do plano de uso público construído e proposto no âmbito deste artigo se consolida como instrumento norteador do processo futuro de inserção da RPPN neste campo, inclusive com possibilidade de replicar em diferentes contextos de gestão de RPPN. Envolvendo etapas de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a RPPN serviu de estudo de caso. Os dados coletados foram sistematizados a partir da técnica de triangulação de dados e análise de conteúdo.

**PALAVRAS CHAVE:** Unidade de Conservação; RPPN Mata do Uru; Ecoturismo.

**ABSTRACT:** The article aims to find alternatives for the financial viability of the Mata do Uru Private Natural Heritage Reserve, as financial and human capital investments are required to meet its biodiversity conservation objectives, which are not always available to those responsible for its management. Ecotourism emerges as a potential and reference, mainly because RPPN Mata do Uru is located in Lapa, Paraná, a relevant tourist hub, with established itineraries and implemented infrastructure, as well as the forecast of the activity in public use in its management plan. Thus, the organizational structure of the public use plan constructed and proposed in the scope of this article is consolidated as a guiding instrument for the future process of insertion of the RPPN in this field, with the possibility of replicating it in different contexts of RPPN management. Involving stages of a bibliographic, documentary and field research, the RPPN served as a case study. The collected data were systematized using the technique of data triangulation and content analysis.

**KEYWORDS:** Conservation Unit; RPPN Mata do Uru; Ecotourism.

## **Introdução**

O mundo vive diariamente reflexos do sofrimento do meio ambiente seja por tragédias naturais, como o aquecimento global, efeito estufa, crise hídrica ou intensificados diretamente por ação antrópica. Através desse cotidiano surgem organizações preocupadas em reverter tal cenário, investindo em meios de produção e consumo orientados pela utilização indireta dos recursos naturais.

As unidades de conservação (UC) de caráter público e privado, por exemplo, são referências dessas iniciativas. No mundo, 15% da superfície terrestre e 7% das áreas marítimas do planeta são protegidas (UNEP, 2020). No Brasil, conforme o Manual de Compensação Ambiental da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente de 2020 as áreas protegidas correspondem a 18,6% da superfície terrestre e 26,4% do território marinho (ABRAMPA, 2020).

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2020), as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) foram criadas em 1990, como uma estratégia para promover a conservação da natureza por meio de áreas protegidas através da iniciativa dos proprietários particulares. Essas UC ganharam com o passar dos anos importância no contexto nacional e internacional, o que exigiu um instrumento legal adequado e com uma regulamentação detalhada. Assim, em 1990 foi promulgado o Decreto nº 98.914, criando as RPPN o qual foi substituído em 1996 pelo Decreto nº 1.922 (ICMBio, 2020).

A Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana (APAVE), apresenta as RPPN como forma de evitar os impactos negativos como a ocupação irregular, a especulação imobiliária, desmatamento, deposição de resíduos, caça, fogo ou outras ações que possam vir a degradar essas áreas naturais (APAVE, 2020).

Com a publicação da Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as RPPN passaram a ser uma das categorias do grupo de uso sustentável. Em função da necessidade de adequar os procedimentos de criação, gestão e manejo da categoria, foi publicado o Decreto nº 5.746 de 05 de abril de 2006, tornando a RPPN a primeira categoria de UC regulamentada por decreto após a publicação do SNUC (ICMBio, 2020). As RPPN têm sido consideradas como alternativas para a ampliação do SNUC, principalmente por ser uma categoria que integra a sociedade civil com o poder público, na busca pela conservação dos ecossistemas brasileiros.

No painel de indicadores da Confederação Nacional de RPPN, existem 1.684 RPPN no Brasil (CNRPPN, 2021). O Paraná é o segundo estado com mais RPPN, tendo 293. Nas RPPN, o ônus da sua gestão é mantido pelo proprietário, enquanto os benefícios de ambas são utilizados por toda sociedade. Do ponto de vista da autonomia financeira, as RPPN não demonstram aptidão para geração de renda de maneira autônoma, exceto as que conseguem acessar programas ambientais públicos e privados de fomento financeiro, bem como, aquelas que desenvolvem atividades turísticas e que utilizam seu potencial construtivo em associação com algum tipo de atividade produtiva, a exemplo de fazendas de café que mantêm a RPPN enquanto estratégia de marketing de conservação (CNRPPN, 2020)

O uso público pode gerar receita e contribuir para a sua gestão, por meio do ecoturismo, por exemplo, sendo uma das atividades permitidas nesta categoria de UC. O ecoturismo é uma forma de turismo baseado na natureza que proporciona benefícios diretos à conservação e bem-estar dos residentes locais e visitantes, inclusive pela associação com atividades de sensibilização e educação ambiental, formal e não formal (WEAVER, 2005). Atualmente, o uso público da RPPN Mata do Uru é exclusivo para visitação de escolas, sendo atividade vinculada às ações de educação ambiental previstas em seu plano de manejo (SPVS, 2014).

A possibilidade de visitação em UC, que prevêem o uso público em seu planejamento, pode apresentar diversos aspectos positivos, entre eles: funcionar como um dos vetores para o desenvolvimento local, incrementar os recursos financeiros necessários à gestão da área, aproximar a sociedade destas áreas despertando seu interesse sobre a sua conservação, e servir de oportunidade para desenvolvimento de recreação e o aprendizado em contato com a natureza (MMA, 2006). Entretanto, implementar tais ações demandam avaliação do potencial de uso público de cada UC, bem como da sua infraestrutura administrativa, considerando aqui capacidade logística, receptiva, orçamentária e técnica. Da mesma forma é preciso considerar, para efeito de planejamento futuro, as características ambientais e socioeconômicas do território em que a UC se insere (ICMBio, 2021).

A dimensão orçamentária da gestão de uma UC privada como o caso das RPPN, deve ser considerada, pois mantê-la depende de recursos financeiros. Todavia, a gestão de uma UC ainda é vista como ineficiente perante o pilar financeiro, considerando poucas experiências, reduzidas pesquisas sobre o campo e pouca orientação a respeito dessa perspectiva, sendo o plano de uso público uma das ferramentas que pode atender a demanda por captação de recursos necessários (QUAMMEN, 2016). A gestão de UC tanto no Brasil, como no exterior, é vista como ineficiente no aspecto financeiro (QUAMMEN, 2016), justamente pelo fato que para manter, melhorar e investir na conservação geram-se custos.

A RPPN Mata do Uru foi escolhida como espaço empírico deste estudo, pois é uma UC privada e, assim, autorizada a realização de atividades econômicas, desde que restritas ao uso público e condicionada ao estabelecido no seu Plano de Manejo. Existe ainda intenção dos seus administradores em ampliar as ações de uso público.

### ***Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC***

O SNUC, Lei nº 9.985/2000 e Decreto nº 4.340/2002 serve como modelo para outros países. Até transformar-se em lei, passaram-se muitos anos devido a discussão do Poder Público e Ambientalistas, e entre todas as legislações, o SNUC é a mais importante para as unidades de conservação. Em 2020 ele completou 20 anos da sua promulgação, seguindo como a principal referência para gestão de UC no país.

Os objetivos do SNUC são, em esferas federais, estaduais e municipais, de acordo com a Lei e visam a contribuição, proteção, promoção e recuperação das áreas. A contribuição é pela manutenção dos recursos naturais, a proteção das espécies ameaçadas de extinção, bem como as paisagens naturais, mantendo a beleza cênica e cita também a valorização econômica e social.

No artigo 7 do SNUC, pode-se observar que as UC são divididas em dois grupos: proteção integral e uso sustentável, tendo o primeiro como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Já o segundo grupo tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000). As RPPN se enquadram na categoria de sustentável. O artigo 21 da Lei do SNUC é dedicado a RPPN e nesse item afirma que a exploração da RPPN é para fins de pesquisas, recreativas e educacionais. É citado também que os integrantes do SNUC, através de seus órgãos, levarão orientação técnica e científica ao proprietário da RPPN, pois, provavelmente, a maioria dos donos dessas áreas não são técnicos em UC e por isso se faz necessário essa orientação (BRASIL, 2000).

### ***Instrumentos de gestão de unidades de conservação***

São vários os instrumentos de gestão de UC previstos no SNUC, tais quais: plano de manejo, mosaicos de UC, conselhos gestores, corredores ecológicos e o próprio uso público, como visitação, educação ambiental, entre outros. Quando se trata de RPPN não há necessidade de existência de um conselho, sendo instrumento facultativo.

O plano de manejo é definido pela Lei do SNUC como um documento técnico que apresenta os objetivos gerais de uma UC com normas de manejo dos recursos naturais. Trata-se de um documento de extrema relevância pois é elaborado a partir de estudo aprofundado sobre as características ambientais e sociais representativas da realidade de cada UC. Serve, portanto, como o principal instrumento norteador de todas as ações de gestão previstas em uma UC. Em sua ausência, apenas ações de fiscalização e pesquisa são recomendadas (SNUC, 2000).

Segundo Videira (2020), o pilar econômico em uma UC deve ser previsto no plano de manejo e em políticas públicas, pois a manutenção da UC privada depende de recursos financeiros. Nesta perspectiva, o uso público também visa a autonomia financeira das UC, devendo enaltecê-la a perspectiva comercial, através dos aspectos gerenciais e criando alternativas financeiras, seja com cobranças de ingressos ou com a exploração recreativa dentro da área. Os objetivos da UC que visa sustentabilidade financeira não é vender a natureza e sim do seu momento nela, onde por exemplo, o consumidor compraria um passeio em uma RPPN, uma hospedagem em uma área protegida, uma aventura na floresta. Embora a natureza não esteja à venda, o artigo 25 da regulamentação do SNUC de 2002, através do Decreto nº 4.340, já afirma que é possível a exploração de produtos, subprodutos ou serviços inerentes às UC, de acordo com os objetivos de cada categoria de unidade (BRASIL, 2002).

O uso público em UC tem avançado, especialmente em termos do aumento da visitação. De acordo com o ICMBio (2016), no período de 2007 a 2015, a visitação anual em UC federais mais que dobrou, passando de 3 milhões de pessoas em 2007 para aproximadamente 7 milhões em nove temporadas pesquisadas. Outro resultado aponta para um crescimento anual da procura por essa atividade, sendo que a localidade de cada UC interfere diretamente por essa busca, estando relacionada aos atrativos relacionados. A cidade de Foz do Iguaçu no Paraná, por exemplo, virou um dos pontos turísticos mais visitados do país, pois

além do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) também apresenta outros atrativos que, somados, conferem ao território um polo turístico.

Passold e Kinker (2010) trazem evidências que o crescimento da visitação em UC brasileiras é fruto da valorização do ecoturismo, consequência da conscientização atual da população em busca por produtos, serviços e passeios sustentáveis. Medeiros (2011) afirma que a gestão de UC é um processo contínuo e necessário para que efetivamente se cumpram os objetivos estabelecidos para a sua proteção. A presença do ser humano é vista como uma possibilidade de conservação. O ser humano, no uso público de uma RPPN se torna corresponsável da proteção e manutenção da biodiversidade (BOULLÓN, 2000).

Além desses instrumentos internos, existem os auxiliares consequentes de uma proteção ambiental ampliada, como o ICMS Ecológico que recebe críticas do repasse ser do Governo Estadual para o Município e não para o proprietário, ou seja, somente os governos dos estados e do Distrito Federal têm competência para instituí-lo, conforme o art. 155, II, da Constituição de 1988. O Paraná foi o primeiro estado brasileiro a instituir o ICMS Ecológico enquanto política pública, em 1989 (IAT, 2020). Um grande debate que o ICMS Ecológico traz é que o repasse do Governo Estadual não é para os donos das propriedades e sim para a Prefeitura Municipal. Assim como os demais impostos, artigo 167 da Constituição Federal, os valores não têm obrigação legal de ser aplicados nas UC que o geraram. Países como Argentina oferecem incentivos econômicos diretos aos proprietários de RPPN (CEGANA, 2006).

Outro programa monetário existente é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que segue o princípio de usuário-pagador e provedor-recebedor, ou seja, o usuário de água limpa paga por ela e quem promove é recompensado. A Organização das Nações Unidas publicou em 2008 um relatório que o PSA é a principal forma de evitar a pressão da agricultura para com as florestas (ANA, 2009). No Paraná, o PSA é promulgado através da Lei nº 17.134/2012 que foi regulamentada em 2015, pelo Decreto Estadual nº 1.491. Atualmente, o PSA concede incentivos econômicos aos donos de RPPN visando a qualidade da gestão e serviço ambiental fornecido à sociedade, bem como a promoção da conservação e restauração da biodiversidade nas RPPN. Segundo o IAT, os valores podem ser de no mínimo R\$10.000 até R\$50.000 por ano para cada UC, sendo que as RPPN classificadas que obtiverem um valor menor que R\$10.000,00, receberão automaticamente R\$10.000,00 e as RPPN, cujo resultado do cálculo após a aplicação da fórmula obtiverem valor superior a R\$50.000,00, receberão R\$50.000,00 (IAT, 2018).

O Governo do Paraná divulgou que entre 2018 e 2020, repassou R\$ 701.013,90 às 20 RPPN que participaram do primeiro edital referente ao PSA. O valor é repassado com o intuito de fazer a manutenção da conservação ambiental nas UC e é feito em conjunto com o IAT, Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST). O recurso é proveniente do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) e é enxergado como um incentivo a preservação e aprimoramento dos serviços ambientais (PARANÁ, 2021).

No dia 13 de janeiro de 2021 foi instituída a Lei nº 14.119 que traz as diretrizes do PSA de forma nacional, alterando as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Os objetivos da Lei nº 14.119 de 2021 são, entre vários, estimular nacionalmente a conservação e valorizar de forma a incentivar medidas que protejam áreas com potencial de escassez de recursos hídricos, do solo e da biodiversidade. Quem fará a gestão da Política Nacional de PSA é o SISNAMA.

### **Plano de manejo e uso público em RPPN**

A elaboração do plano de manejo é baseada em um roteiro metodológico que foi criado em 2004 pelo IBAMA e desde 2007 é de responsabilidade do ICMBio, autarquia federal vinculada ao MMA. O roteiro fornece orientações básicas para criação de RPPN, bem como para a utilização do Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIMRPPN). O SIMRPPN é composto por um conjunto de orientações básicas e por um instrumento tecnológico direcionados para a criação, gestão e monitoria das RPPN federais, como é o caso da Mata do Uru, e serve de apoio para o poder público, para o proprietário e todos os envolvidos na gestão da RPPN (ICMBio, 2011).

Com diversas funcionalidades apresentadas, o SIMRPPN ainda não está totalmente implantado e atualmente, a ferramenta não está mais disponível no *site* do ICMBio, tendo apenas uma base de dados básica, onde as RPPN federais são visualizadas a partir de um mapa, data de criação, documentos legais da criação, tamanho, dados sobre o proprietário e com possibilidade de inserir fotos.

As dificuldades pelos proprietários, segundo o ICMBio, se devem às várias etapas até a conclusão, sendo elas: o envio de documentação incompleta ou em desacordo com o exigido pela legislação; peças cartográficas da área com erro de coordenadas; regularização fundiária com problemas quanto aos limites e à titulação da propriedade; na averbação do Termo de Compromisso poderão ser identificadas, por parte dos funcionários do cartório, pendências na titulação do imóvel que deverão ser sanadas e depende do documento, pode ficar parado por longo período até sua resolução (ICMBio, 2011).

Buscando maior adesão do plano de manejo, depreendeu-se dessa discussão a necessidade de reformular o roteiro metodológico vigente de modo a permitir que o plano de manejo seja claramente relacionado ao objetivo da RPPN, portanto, desde 2015, a RPPN que queira apenas usufruir da sua proteção legal poderá elaborar um documento de manejo simplificado. Já as que tenham atividades ou motivação para implementação de uso público, deverão seguir os passos conforme suas necessidades e legislação vigente, portanto, o roteiro atualizado é personalizado e cada RPPN produz conforme seus distintos objetivos (ICMBio, 2015).

O reformulado roteiro é dividido por capítulos, sendo eles: contextualização do plano de manejo que vai desde o conceito até a aprovação com revisão; as orientações para a elaboração com informações de estrutura, diagnóstico, planejamento, bem como o diagnóstico da vegetação, fauna, relevo e outros aspectos. A partir de então, a RPPN consegue enxergar qual caminho seguir para elaborar seu documento obrigatório e regularizar seus objetivos previstos entendendo os limites da área (ICMBio, 2015).

Tendo o plano de manejo elaborado de forma personalizada para a UC, o proprietário e todos os envolvidos tem a ciência do que pode fazer e o que precisa

ser feito para implementar suas ações de uso público de forma consciente e sustentável, orientando as ações de uso público.

O Paraná, à exemplo da esfera federal, tem um roteiro para elaboração do plano de manejo em RPPN estaduais, iniciativa do IAT, na época chamado de Instituto Ambiental do Paraná (IAP), aprovado e divulgado em 2009. O roteiro surgiu como uma estratégia facilitadora para o proprietário da RPPN, pois queria sanar dificuldades como a estrutura necessária, composição da equipe técnica, definição do zoneamento, entre outros fatores presentes no roteiro nacional do ICMBio. O roteiro estadual foi viabilizado pelo Programa Paraná Biodiversidade, fruto da cooperação entre o Banco Mundial e o Governo do Estado do Paraná (PARANÁ, 2009).

Com seu plano de manejo, as atividades de uso público de uma UC, devem ser estimuladas, aliando entretenimento e aprendizado, tornando um espaço de formação (TAKAHASHI, 2004). Entender a vocação natural da UC em conjunto com as demandas locais e seu entorno imediato, surge como potencial para um uso público consciente, eficiente e reflexivo (DIEGUES, 1989). Isso é, o uso público através do ecoturismo não é a propriedade dos recursos naturais, mas um compromisso com o desenvolvimento sustentável com o objetivo da preservação e consciência ambiental (SILVA; CRISPIM; ANDRADE; REGALA, 2021).

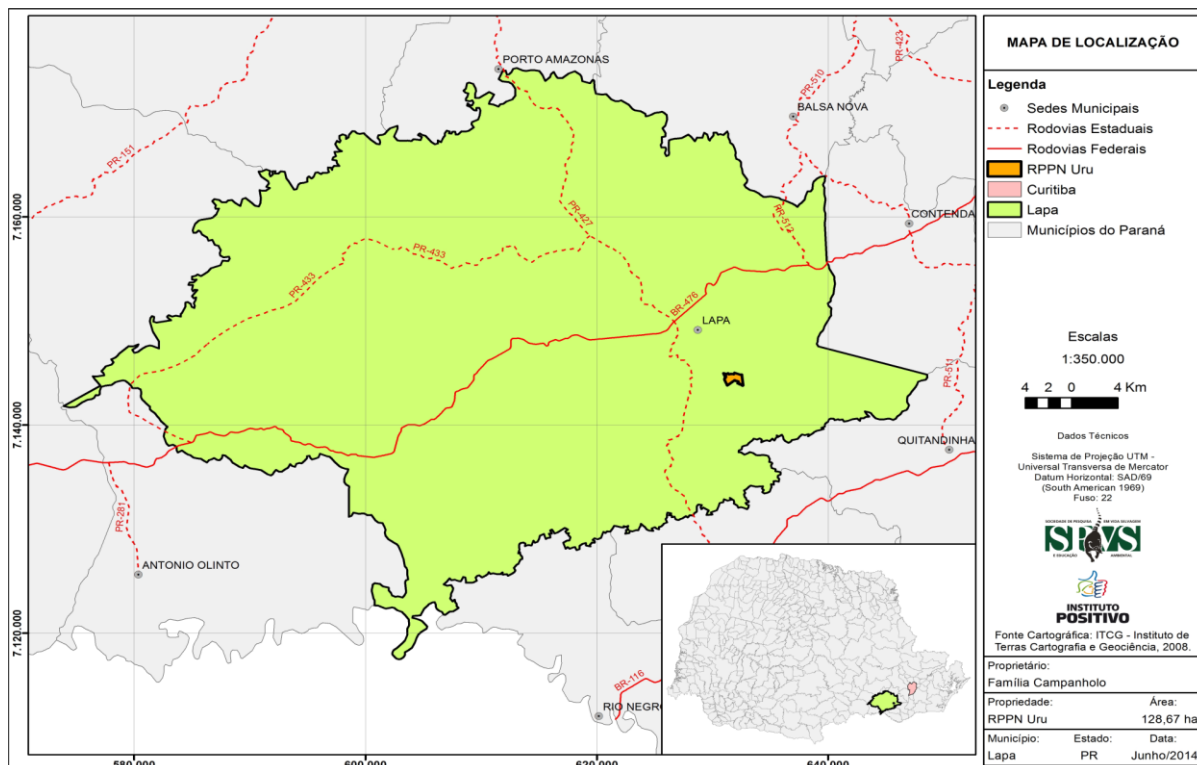
A composição do Programa de Uso Público em RPPN depende da vontade do proprietário, responsável pela sua gestão. Deve ainda ser adequado à categoria da UC e cumprir com seus objetivos, bem como ter investimento, pois ter a sintonia entre a conservação e o uso público é uma tarefa que precisa ser estudada, pesquisada e planejada (PIMENTEL, 2015). O uso público deve ser previsto no plano de manejo da UC e consiste na visita com fins recreativos, turísticos, de educação, a favor da conservação e minimização dos impactos. O termo público significa aspecto relacionado ao bem de todos, comum a coletividade, portanto sujeito a normas, no caso da RPPN, referendadas na legislação vigente e no seu plano de manejo (GOMES, 2012).

O plano de manejo da RPPN Mata do Uru apresenta o programa de uso público com três vieses estratégicos, sendo de visita recreativa, o de educação para conservação ambiental e o de relacionamento com o entorno, porém dessas três, apenas a educação ambiental está implementada e em funcionamento. A visita recreativa e o relacionamento com o entorno só apresentam as normas a serem seguidas para iniciar seu funcionamento. Atualmente, o uso público da RPPN Mata do Uru é para educação ambiental, um programa que não gera retornos financeiros para a gestão da RPPN, mas que apresenta relevante contribuição pedagógica e de sensibilização das pessoas acerca dos processos de conservação da natureza.

## **Procedimentos metodológicos**

### ***Local de Estudo***

A pesquisa tem como *locus* a RPPN Mata do Uru, Figura 1, uma Unidade de Conservação criada em 2003, com uma área de 128,67 ha na cidade da Lapa, no Estado do Paraná, na região metropolitana de Curitiba.



**Figura 1:** Mapa de Localização da RPPN Mata do Uru, PR.

**Figure 1:** Location Map of RPPN Mata do Uru, PR.

**Fonte:** Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (2014).

**Source:** Society for Wildlife Research and Environmental Education (2014).

A RPPN Mata do Uru tem divisas com propriedades particulares e o Parque Estadual do Monge. Em relação a estrutura existe uma casa sede, a qual serve de residência para os funcionários da reserva e nela têm itens pessoais do proprietário, tornando-se também um museu da área. Além da sede, a RPPN Mata do Uru tem três trilhas principais para visitação e estão distribuídas pela área, sendo elas a Trilha das Grandes Araucárias, a Trilha do Mirante e a Trilha da Cachoeira.

A Trilha das Grandes Araucárias, Figura 2 (próxima página), é a maior das três, apresentando 652,7 metros de comprimento, com início e término em locais diferentes. As trilhas foram sendo feitas de acordo com os pontos de controle de topografia, topos de morro, depressões naturais, áreas úmidas e/ou alagadas, trilhas existentes para diferentes usos, áreas com espécies endêmicas, segurança, corpos d'água para a definição dos traçados (SPVS, 2014). Fica em uma das áreas mais conservadas e foi revitalizada em 2013 e está apta para receber grupos de até 30 pessoas por dia em até três vezes por semana, de acordo com o estudo de capacidade de carga realizado (SPVS, 2014).

A outra trilha é a Trilha do Mirante, descrita pela SPVS em 2014, como uma região composta de vegetação em estágio avançado de regeneração onde está localizada uma antiga trilha usada para a passagem de animais. Nessa mesma área era feita extração e secagem da erva-mate. A denominação Trilha do Mirante foi por causa da existência de um mirante natural com vista para uma encosta com araucárias contrastando com áreas degradadas, ou seja, de um lado o meio ambiente protegido em sua plenitude e do outro, áreas destruídas por ação antrópica (SPVS, 2014).





**Figura 2:** Trilha das Grandes Araucárias.

**Figure 2:** Great Araucaria Trail.

**Fonte:** Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental.

**Source:** Society for Wildlife Research and Environmental Education.

A terceira principal trilha é a Trilha da Cachoeira, chamada assim devido à existência de uma cachoeira de três quedas com espécies da fauna e flora local, sendo um dos pontos atrativos da RPPN. Entre a primeira e a segunda queda existe um pequeno platô antigamente usado para banho (SPVS, 2014).

Além da sede, trilhas, ainda existem as placas de sinalizações, as estradas, organização dos resíduos sólidos e o tratamento de efluentes das edificações presentes na RPPN. As placas são divididas em placa de identificação da área, interpretativas, de advertência, indicativas e reguladoras. As estradas permitem o acesso dos visitantes e a passagem dos moradores do entorno, porém é usada por tratores e caminhões, o que gera risco aos animais, comprometimento da qualidade de água do Rio Calixto, pois as passagens de veículos pesados movimentam o sedimento e a poluição sonora.

### ***Etapas da pesquisa, coleta e análise de dados***

Foram utilizadas quatro estratégias para a coleta de dados: (i) o estudo bibliométrico de artigos científicos realizado via Portal de Periódicos da CAPES e Scopus; (ii) análise de documentos técnicos como o Plano de Manejo da RPPN Mata do Uru e seus relatórios de atividades; (iii) dados estatísticos associados a atividades de visitação no entorno da RPPN, representando o conjunto de instrumentos de coleta de dados secundários; e (iv) questionário semiestruturado referente ao Método Delphi. Para a etapa de análise, os dados foram sistematizados a partir da técnica de triangulação de dados nas três primeiras etapas. Na quarta etapa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, conforme detalhes dessas etapas que seguem.

Para seleção dos artigos identificados quantitativamente na bibliometria, foram utilizados os seguintes critérios: (i) relação direta com o objetivo a presente pesquisa; e (ii) constar em seu resumo informações que tratam do caráter de uso público em RPPN, com destaque para artigos que tratem da perspectiva financeira

da gestão de UC. De maneira complementar foram também analisadas as publicações de trabalhos nos Anais do Congresso Internacional de RPPN, idealizado pela Confederação Nacional de RPPN, em suas sete versões realizados de 1996 até 2020. O produto desta etapa de pesquisa serviu como referência do que está sendo feito em termos de uso público e incremento financeiro para gestão de RPPN em diferentes contextos e regiões do país.

A segunda estratégia foi a análise de documentos técnicos como o Plano de Manejo da RPPN Mata do Uru e seus relatórios de atividades. A RPPN Mata do Uru é uma das UC que tem o Plano de Manejo elaborado, sua versão data de 2014 e tem 307 páginas, sendo nele descrito o Programa de Uso Público. Os relatórios de atividades estão em posse do Grupo Positivo, financiador da RPPN desde 2003. O produto desta etapa da pesquisa envolveu a sistematização de informações que serviram de referência norteadora para etapa de análise, considerando que surgem enquanto delimitação formal das ações de gestão da RPPN, tanto as já realizadas (relatórios de atividades) quanto as previstas para sua realização (plano de manejo).

A terceira estratégia considerou a utilização de dados estatísticos oriundos de instituições de pesquisa e de Estado (IPARDES, IBGE, Associação Comercial, Sistema S) e associados a atividades de visitação no entorno da RPPN, a exemplo do levantamento de informações sobre turismo de base comunitária, de aventura, religioso, gastronômico, histórico e cultural. A cidade da Lapa é considerada turística com diversos locais de visitação e geração de renda. A busca junto a Prefeitura Municipal da Lapa trouxe as receitas obtidas pelo município através do turismo. O produto relacionado a esta etapa de pesquisa foi a construção de um diagnóstico sobre a oferta atual e as oportunidades para o uso público na RPPN.

A quarta estratégia foi o Método Delphi com duas etapas, a primeira foi com perguntas abertas; e a segunda etapa foi estruturada, com as questões apresentadas após sistematização e análise das respostas da primeira rodada (busca pela formação de consensos entre as respostas da primeira etapa). Os especialistas tiveram a identidade preservadas e total liberdade em expressar qualquer opinião, sem tampouco necessitar justificá-las.

Em relação à etapa das análises, as técnicas utilizadas foram a triangulação de dados oriundos dos três instrumentos descritos e a análise de conteúdo considerando a proposição metodológica de Bardin (2011). A triangulação é a combinação de diferentes técnicas utilizadas na busca de um mesmo tema, sendo que de forma triangulada é possível consolidar os levantamentos (DENZIN, 2005). Já a análise de conteúdo consiste em várias técnicas que dão suporte ao pesquisador através da comunicação para analisar diferentes vertentes e significados das respostas, para isso, existem três fases: a primeira é a pré-análise, a segunda é a exploração do material e a terceira é a interpretação dos resultados (BARDIN, 2011).

A triangulação foi feita através do editor de planilhas Microsoft Excel, tendo três diferentes planilhas com informações oriundas dos instrumentos de coleta de dados mencionados:

- planilha de levantamento de estado da arte, buscando atividades e experiências de uso público em RPPN brasileiras, com destaque aquelas que tem potencial de arrecadação de recursos financeiros. Trata-se da referência externa em termos de ações potenciais de uso público em RPPN em escala nacional e que foram publicadas em

periódicos classificados. Essas atividades e experiências de uso público foram organizadas e classificadas em temas, chamadas aqui de categorias de uso público em RPPN;

- planilha do plano de manejo e atividades desenvolvidas na RPPN Mata do Uru, a qual serviu de referência analítica, considerando a importância do Plano de Manejo para gestão da UC. A busca aqui foi por ações de uso público propostas e implementadas, em especial aquelas relacionadas com visitação recreativa e relacionamento com o entorno, e que seguem descritas no Plano de Manejo da UC e nos relatórios de atividades. Trata-se da referência local e de caráter interno em termos de ações realizadas e em potencial que estão previstas nos documentos de gestão da RPPN Mata do Uru. Essas ações de uso público implementadas ou propostas para UC foram classificadas a partir das categorias de uso público definidas no item anterior;
- planilha de diagnóstico sobre atividades socioeconômicas na região da Lapa e que apresentam potencial para o desenvolvimento de ações compartilhadas de uso público envolvendo a RPPN Mata do Uru. Trata-se de referência regional e de entorno imediato à RPPN Mata do Uru, que corresponde ao cenário de usos do território que eventualmente podem orientar ações futuras de gestão do uso público na UC.

O processo de triangulação a partir dos dados organizados nestas planilhas pode ser sintetizado no organograma que segue na Figura 3.



**Figura 3:** Organograma síntese da análise dos dados por meio da triangulação

**Figure 3:** Synthesis organization chart of data analysis through triangulation

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021)

**Source:** Prepared by the author (2021)

Essa estrutura de coleta e análise de dados apresentada compõe a primeira etapa de pesquisa. O produto desta etapa delimitou o cenário da pesquisa em relação as possibilidades de uso público alinhadas com a vocação da RPPN da Mata do Uru. Da mesma maneira, serviu de referência para segunda etapa, que trata de propor a estrutura de organização de um plano de uso para RPPN Mata do Uru, a qual contou com ferramenta de coleta de dados primários a partir da utilização do Método Delphi.

A segunda etapa se subdivide em dois momentos: (i) proposição preliminar da organização de um plano de uso público da RPPN da Mata do Uru, elaborado a partir da síntese da primeira etapa, da análise dos roteiros metodológicos para elaboração de planos de manejo em RPPN (publicados pelo IBAMA/ICMbio e IAT/PR) e do conjunto de planos de manejo já elaborados das RPPN paranaenses mapeadas que possuem o documento; e (ii) validação da organização preliminar do plano de uso público da RPPN da Mata do Uru, a partir da utilização do Método Delphi, sendo aplicado com três grupos de atores: (i) os proprietários da RPPN Mata do Uru; (ii) os gestores da RPPN, sendo um representante do Grupo Positivo (antigo responsável direto pela gestão da UC) e um representante da Posigraf (atual responsável pela gestão da UC); e (iii) um representante da instituição que esteve responsável pela execução das atividades de educação ambiental e visitação desenvolvidas na RPPN entre 2014 a 2019.

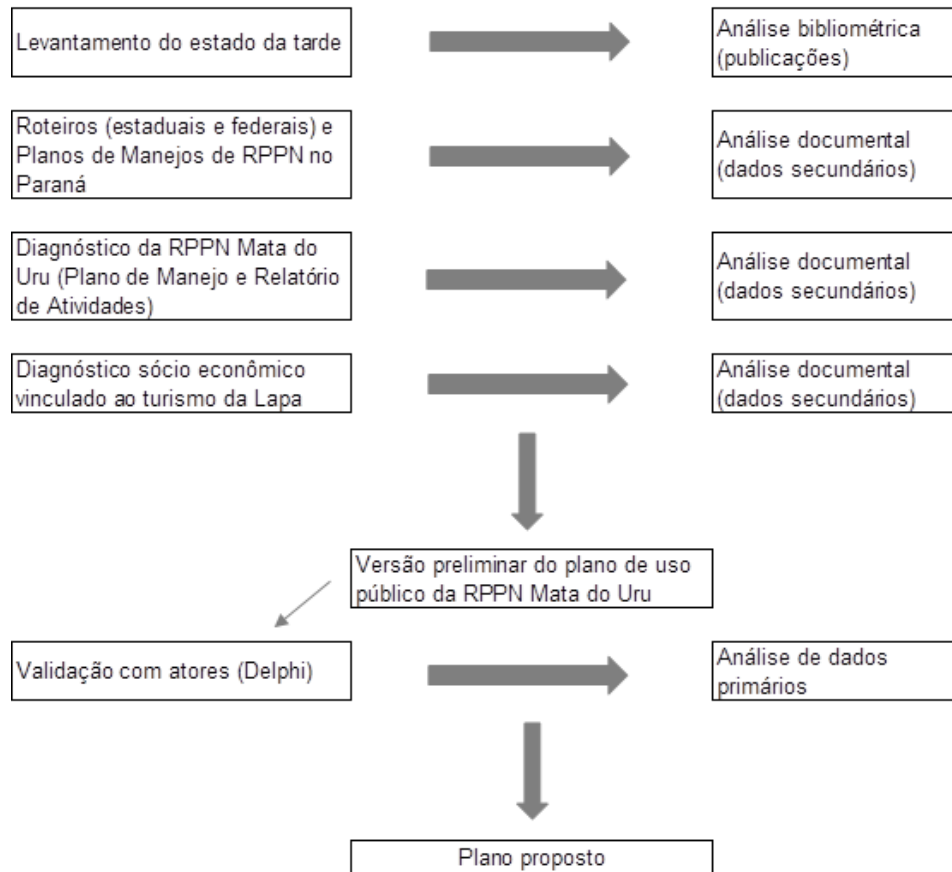
O Método Delphi consiste em um questionário com questões sequenciais que consideram os elementos obtidos na etapa 2 da pesquisa. No contexto da pesquisa o questionário teve seu formato adaptado pelos elementos de um plano de manejo de RPPN. Antes de sua aplicação ele foi testado por dois especialistas no tema, sendo um pesquisador do PPGAMB e um representante da CNRPPN, ambos com experiência profissional comprovada em manejo de RPPN.

O Método Delphi consiste na busca em um grupo de especialistas ou interlocutores privilegiados, a melhor tomada de decisão. Acontece em rodadas conforme resposta do questionário (LISTONE; TUROFF, 2002; GRISHAM, 2009). No caso da presente pesquisa foram duas rodadas e em cada uma delas, observou-se as tendências e justificativas. Cabe salientar que não se trata, apenas, da contagem de votos, mas sim a comparação de opiniões cada qual com seu argumento de defesa.

O processo para utilizar e analisar o Método Delphi e utilizado na pesquisa consistiu, baseado em literatura consultada e divididas da seguinte forma: escolha do grupo de especialistas ou interlocutores privilegiados, no caso foram os três grupos mencionados. O questionário foi enviado em duas etapas. Com o recebimento do questionário 01 respondido, foi feita a análise qualitativa das respostas buscando sua sistematização. Com a análise em mãos, criou-se e enviou-se o questionário 02 com o feedback.

Após o recebimento do segundo questionário, criou-se o relatório final que baseou a criação da estrutura de organização do plano de uso público da RPPN Mata do Uru para a implementação dessa atividade na RPPN. Vale destacar que os interlocutores que responderam o questionário concordaram em participar da pesquisa assinando um Termo Consentimento Livre e Esclarecido ao final do questionário 01. Para efeito desta pesquisa, a etapa correspondente ao Método Delphi surgiu como estratégia de validação da proposição preliminar do Plano de Uso Público para RPPN Mata do Uru, partindo do princípio em que os gestores e

proprietários da UC são os atores que, de fato, respondem pela sua gestão. Da mesma forma, dado seu envolvimento pessoal e institucional, são os atores cuja experiência e vivência de gestão são aspectos essenciais que legitimam qualquer proposta de planejamento para a RPPN. A Figura 4 apresenta uma síntese dos procedimentos metodológicos.



**Figura 4:** Síntese do processo de análise.  
**Figure 4:** Summary of the analysis process.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

**Source:** Prepared by the author (2021).

## Resultados e Discussão

Considerando as etapas de pesquisa e com o horizonte de subsidiar a elaboração da estrutura de organização de um plano de uso público da para RPPN Mata do Uru, este capítulo do artigo se divide em 4 itens: diagnóstico das experiências de uso público em RPPN Paranaenses, que trata de um levantamento prévio sobre tais práticas, seus benefícios e prejuízos para gestão dessas UC, bem como a estrutura dos seus planos de manejo; histórico das atividades de uso público na RPPN Mata do Uru, com intuito de compor um diagnóstico atualizado; análise dos planos de manejo de RPPN selecionadas e situadas no Estado do Paraná, no sentido de perceber ferramentas de planejamento de uso público e aproximações de estratégias que possam servir de inspiração para RPPN Mata do Uru; Potencial de articulação com os atrativos turísticos da Lapa (PR), a partir de um diagnóstico sobre as principais atividades econômicas que eventualmente possam estar associadas à gestão da RPPN Mata do Uru e, por fim, a proposta do plano de uso público da RPPN Mata do Uru, o qual apresentará a consolidação da pesquisa.

### **Diagnóstico das experiências de uso público em RPPN Paranaenses**

A partir da década de 1980, surgiram movimentos para que a sustentabilidade estivesse presente no turismo, sendo assim, o movimento ambientalista foi fundamental para que diminuísse o turismo de forma destrutiva para um turismo ético que buscasse a proteção ambiental, respeitando a população local e o enriquecimento dos mesmos (PIRES, 2002).

Foi na década de 1980 que houve diversos marcos na relação turismo e meio ambiente como a Conferência da Organização Mundial de Turismo (OMT) em 1980; Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente da ONU e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 1982; e a adoção da Carta do Turismo e do Código do Turista pela OMT em 1985 (OLIVEIRA, 2003). Através desses marcos a visão sobre o turismo e meio ambiente que historicamente eram distantes, foram se aproximando, buscando benefício financeiro, social e ambiental.

No século atual, o turismo é considerado um importante gerador de empregos e da movimentação econômica, inclusive no Brasil, poucos anos atrás, aconteceram os maiores eventos esportivos globais, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Segundo a OMT, o turismo é responsável por 10% da atividade econômica mundial, a mesma define o turismo sustentável como ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais (OMT, 2010) e o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês), ao lado da Oxford Economics, divulgou em 2019 que o turismo no Brasil contribuiu 8,1% ao PIB brasileiro e gerou 7,5% de empregos no país (WTCC, 2019). Portanto, o uso público, meio ambiente e turismo devem estar alinhados (CÂMARA, 2004).

Para fins do levantamento atual das RPPN que desenvolvem ações de uso público no Brasil, foram utilizados dados da CNRPPN, do ICMBio e do IBAMA que divulga relatórios sobre as RPPN.

No caso da RPPN Mata do Uru, não há realização de atividades turísticas, pois dentre suas atividades de uso público descritas em seu plano de manejo, apenas atividades de educação ambiental estão sendo desenvolvidas e com caráter pedagógico, ou seja, a RPPN segue fechada para uso turístico. Segundo o mesmo relatório, no Paraná, apenas oito RPPN exploram o turismo, estando abertas para visitação nessa categoria, conforme a Tabela 1 (próxima página).

As RPPN Salto Morato e Sebuí estão localizadas no município de Guaraqueçaba. As RPPN Pousada Graciosa em Morretes, Bellatrix 1, 2 e 3 em Bocaiúva do Sul, bem como, a RPPN Ninho do Corvo em Prudentópolis e a RPPN ITA-Y-TYBA em Tibagi (PARANÁ, 2021).

A RPPN Salto Morato, gerenciada pela Fundação Boticário tem sua estrutura composta por centro de visitantes e alojamento, as atividades previstas em seu uso público: trilha, observação de aves (Bird Watching), banho de rio, e camping. No momento, pela pandemia está fechada, mas quando aberta cobrava entrada de R\$ 40,00, conforme seu site oficial (SALTO MORATO, 2011).

**Tabela 1:** Atividades turísticas em RPPN no Paraná.  
**Table 1:** Tourist activities in RPPN in Paraná.

Nome da RPPN	Cidade	Atividades turísticas
RPPN Bellatrix	Bocaiúva do Sul	Retiros de meditação; Cursos; Encontros; Observatório astronômico; Yoga; Chalés para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Bellatrix 2	Bocaiúva do Sul	Retiros de meditação; Cursos; Encontros; Observatório astronômico; Yoga; Chalés para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Bellatrix 3	Bocaiúva do Sul	Retiros de meditação; Cursos; Encontros; Observatório astronômico; Yoga; Chalés para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Salto Morato	Guaraqueçaba	Centro de visitantes; Alojamento; Trilhas; Observação de aves (Bird Watching); Banho de rio; Camping. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Reserva Ecológica Sebuí	Guaraqueçaba	Observação de aves (Bird Watching); Passeios em rios e ilhas; Prática de esportes; Cachoeiras e cavernas; Pousadas para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Reserva da Pousada Graciosa	Morretes	Banho de piscina; Estrutura para churrasco; Trilha para caminhada; Trilha para ciclismo; Pousada para hospedagem. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Ninho do Corvo	Prudentópolis	Tirolesa; Rapelesa; Corvolesa; Chalés para hospedagem; Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Reserva Ecológica ITA-Y-TYBA	Tibagi	Cachoeiras e lagos; Casa de memórias; Trilhas; Ciclismo rural; Passeios a cavalo; Café e alambique; Hortas; Ginástica; Ordenha; Quadra esportiva; Piscina e sauna; Brinquedoteca; Hotel fazenda para hospedagem. Atendimento mediante taxas e reservas.

**Fonte:** elaborado com base nos planos de manejos das RPPN (autor, 2021).

**Source:** prepared based on RPPN management plans (author, 2021).

A RPPN Sebuí tem em sua estrutura: pousadas, caiaques e barcos. As atividades de uso público são: observação de aves (Bird Watching), passeios em rios e ilhas, prática de esportes, ida a cachoeiras e cavernas. As cobranças são relacionadas aos passeios e hospedagens com confirmação de valores mediante a contato, período e época (CIAECO, 2021).

A RPPN Pousada Graciosa se insere no bioma Mata Atlântica floresta tropical com vista para o Parque Estadual do Pico do Marumbi, sua estrutura é composta por seis chalés, piscina, área coberta para churrasco e amplos jardins com trilhas para caminhada e ciclismo. As cobranças são referentes as diárias que variam de R\$ 400,00 a R\$ 450,00, porém está fechada no momento da pandemia da Covid-19, conforme seu site oficial (POUSADA GRACIOSA, 2021).

A RPPN Bellatrix tem em sua estrutura o centro de vivências completo para receber retiros de meditação, cursos e encontros com capacidade para até 70 pessoas e o observatório astronômico. A área está rodeada de floresta com araucárias centenárias, rica em biodiversidade e nascentes de água pura. As atividades previstas também contam com a prática de yoga e casas coloniais, transformadas em chalés, exclusivos para hospedagem. Atende mediante taxa e reserva a ser confirmada pelo período e época (BELLATRIX, 2021).

A RPPN Ninho do Corvo tem diversas atividades, como tirolesa, rapelesa, corvolesa, as três atividades juntas que formam o Circuito Cânion com venda de ingressos no próprio site, inclusive com hospedagem se o visitante quiser ficar mais

de um dia. A RPPN oferece atendimento em português e inglês e está aberta seguindo as normas sanitárias. As atividades variam de R\$ 45,00 a R\$ 190,00 e a hospedagem de R\$ 340,00 a R\$830,00 (NINHO DO CORVO, 2021).

A RPPN ITA-Y-TYBA se identifica como um hotel fazenda de ecoturismo com atividades cobradas de cachoeiras, casa de memórias, trilhas, ciclismo rural, passeios a cavalo, café, alambique, hortas, ginástica, ordenha, quadra esportiva, piscina, sauna, brinquedoteca e lago. Possui atendimento online e é necessário ficar, no mínimo, duas noites no chalé e custa a partir de R\$ 407,00 (ITAYTYBA, 2021).

Observou-se que as RPPN que têm no uso público uma forma de receita, conseguem conciliar as ações de conservação a partir da atividade do turismo, gerando renda para gestão da UC. As atividades previstas e cobradas são orientadas pelas diretrizes dos seus respectivos planos de manejo, contribuindo para autonomia financeira da RPPN. Tal perspectiva vem sendo bem aceita pela sociedade, pois mantém a preocupação com o turismo sustentável. Dessa forma, mesmo nas UC mais distantes dos centros urbanos, as atividades de uso público realizadas, que também envolvem a educação ambiental, contribuem também para geração de renda e melhorias de vida para população local.

Hoje a RPPN Mata do Uru tem seu uso público vinculado apenas ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental, as quais são realizadas por uma empresa terceirizada e gerando custo financeiro para a gestão, estando ainda limitada para estudantes das redes formais de ensino. A visitação aberta ao público, tendo no turismo um campo de atuação em diferentes modalidades, não é explorada hoje, muito embora haja previsão de alinhamento da atividade de visitação em seu plano de manejo.

### ***Histórico e atividades de uso público na RPPN Mata do Uru***

A fazenda com 128,67 hectares foi adquirida em 1950, mas somente em 2004 se tornou uma RPPN Federal. Durante todos os anos, mesmo não sendo uma área preservada, nunca foi explorada comercialmente (SPVS, 2014).

O processo para proteger oficialmente a área se deu através de uma carta, explicando a realidade da área e seu interesse em protegê-la enviada pelo proprietário da fazenda para a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). A SPVS enxergou a necessidade de preservar a área e também criou o Programa Desmatamento Evitado, projeto que visa à aliança entre os proprietários com remanescentes florestais de Floresta com Araucária e com empresas que possuem o objetivo de manter esses remanescentes, em troca de compensação de carbono ou da conservação da biodiversidade.

O Grupo Positivo demonstrou interesse nessa parceria para incentivar a proteção do meio ambiente e desde 2003 é financiador da área. A RPPN Mata do Uru é: uma UC do grupo de uso sustentável, conforme classificação do SNUC e tem como objetivo conciliar a conservação com o uso sustentável de parte dos recursos naturais disponíveis (SNUC, 2020). Está compreendida no domínio fitofisiográfico da Floresta Ombrófila Mista, caracterizada como um ambiente estruturalmente complexo, abrigando diversos tipos de comunidades biológicas com manchas de Estepe Gramíneo-lenhosa, inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana e contornada em seu limite sul pelo Parque Estadual do Monge.



Abriga uma riqueza considerável de ambientes, o que aumenta o valor de conservação da área, viabilizando a permanência da fauna e a manutenção das populações de espécies ameaçadas (SPVS, 2014).

No Paraná, sua cobertura original era de uma área correspondente a 37% da superfície do estado, hoje em bom estado, se conservam apenas 0,8% segundo a apresentação da Mata do Uru no Plano de Manejo. Essa grande redução se deu por causa da extração ilegal de madeira, extensão agrícola extensiva e plantação de espécies exóticas com fins comerciais (SPVS, 2014)

O plano de manejo da RPPN Mata do Uru tem o programa de uso público com visitação recreativa, de educação para conservação ambiental e o de relacionamento com o entorno, porém dessas três, apenas a educação ambiental está implementada e em funcionamento. A visitação recreativa e o relacionamento com o entorno só apresentam as normas a serem seguidas para iniciar seu funcionamento. Atualmente, o uso público da RPPN Mata do Uru é para educação ambiental, um programa que não gera retornos financeiros para a gestão da RPPN, mas que apresenta relevante contribuição pedagógica e de sensibilização das pessoas acerca dos processos de conservação da natureza.

Considerando as experiências das RPPN paranaenses analisadas no item anterior é no uso público de visitação e no relacionamento com o entorno, ambos vinculados ao turismo, que surgem as principais estratégias de geração de receita para RPPN estudada. Contudo, o seu plano de manejo não sinaliza formas de viabilização dessas estratégias, considerando proposição de ações para sua implementação. Tal aspecto corrobora a necessidade das etapas de um plano de uso público para UC, no escopo desta pesquisa.

Todavia, qualquer atividade de gestão na RPPN Mata do Uru, devem ser validadas por seus gestores, constituído pelos proprietários, representantes da Posigraf (instituição atualmente responsável por aporte financeiro à RPPN), da SPVS (OSCIP – Organização da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, a qual realizada a gestão da RPPN junto aos proprietários) e outras entidades de interesse. Todas as atividades deverão estar em conformidade com a legislação ambiental vigente, aprovadas pelos gestores da área protegida, sendo os proprietários os soberanos na aprovação de qualquer atividade a ser realizada na RPPN e deverão ter comprometimento com a conservação da natureza (SPVS, 2014).

### ***Análise comparada dos planos de manejo de RPPN selecionadas e situadas no Estado do Paraná***

Ao comparar o plano de manejo das RPPN paranaenses mapeadas, o documento da RPPN Mata do Uru é o mais longo, com 308 páginas e seguiu o roteiro nacional do ICMBio. Já as RPPN Bellatrix 1 e 2, Salto Morato e ITA-Y-TYBA, seguiram a estrutura do plano de manejo estadual divulgado pelo IAP e mantido atualmente pelo IAT.

A RPPN Bellatrix conta com trilhas e centro de visitantes com salão, salas, restaurante, banheiros e vestiários e disponibiliza em seu plano de manejo os projetos específicos que envolve atividades abertas ao público, com cobrança de taxas de entrada, envolvendo: observatório astronômico; banhos a vapor com técnicas indígenas; estufa e demais estruturas para instalação de viveiro de mudas nativas; levantamento florístico e caracterização da vegetação, conforme sua

tipologia e os estágios de sucessão secundária; seleção e marcação de indivíduos de espécies arbóreas nativas para produção de mudas e sua disponibilização para projetos de restauração de áreas degradadas e recomposição florestal (BELLATRIX, 2021).

A RPPN Salto Morato que possui o segundo maior plano de manejo em termos de número de páginas, contendo 237, sendo dividido em cinco capítulos, cujo último trata-se do programa de manejo e em relação ao uso público citado como permanente, mas que as atividades e projetos que insere devem evoluir e se aperfeiçoar ao longo do tempo. Os objetivos do programa é reforçar o conceito de conservação de áreas naturais por meio de atividades educativas e sensibilizadoras ligadas à visitação pública; e propiciar oportunidades de visitação aos locais de beleza cênica e relevância ambiental, permitindo contato com a natureza.

A RPPN ITA-Y-TYBA teve o plano de manejo elaborado através de financiamento buscado pelos proprietários junto ao Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais que firmou parceria com a RPPN ITA-Y-TYBA e no uso público os visitantes são cadastrados e respondem por pesquisa de satisfação. Durante a visita são feitas atividades de caminhada, fotografia, filmagem, interpretação ambiental; educação ambiental; contemplação; observação de fauna, flora e de aspectos geológicos.

A RPPN Mata do Uru não citou em nenhum momento a possibilidade de cobrança de ingresso, a presença de uma loja para comercializar seus produtos, as atividades turísticas sem ser vinculadas a estudantes. O município da Lapa (PR) é turístico e a RPPN Mata do Uru não se apresenta como um roteiro turístico. O seu plano de manejo é de 2014, seguindo o roteiro antigo e complexo, portanto, seu plano de uso público de forma discreta, apresentando-se como atividade de visitação, educação ambiental, comunicação com entorno.

### ***Potencial de articulação com os atrativos turísticos da Lapa***

A Lapa é uma cidade histórica, atraindo diversas atividades comerciais e financeiras nos museus, restaurantes e pousadas. Aos residentes lapeanos, a principal atividade econômica é a agropecuária. A cidade da Lapa pertence junto com 28 municípios da conhecida Rota do Pinhão e com dados do Paraná Turismo com apenas essa rota, reuniram aproximadamente 30% dos fluxos turísticos do estado do Paraná e em 2020, o governo estadual estimou 16 milhões de turistas (PARANÁ, 2020).

Além de integrar a Rota do Pinhão, a Lapa também faz parte da Rota dos Tropeiros, projeto turístico, lançado em 2002, para a região dos Campos Gerais, no Paraná e que tem o principal objetivo o desenvolvimento econômico da região, na cidade também há o Clube dos Tropeiros com objetivos de pesquisar o tropeirismo resgatando sua história, a sua influência na cultura do Brasil e a promoção de atividades relativa ao tema (ZUCCHERELLI, 2008).

Fundamental pelo fim da Revolução Federalista em 1894, até hoje existem marcas nas ruas e residências que lembram o episódio da trajetória política brasileira: o Cerco da Lapa (PARANÁ TURISMO, 2021). Em consequência do Cerco da Lapa, surgiu o Panteon dos Heroes, monumento criado para guardar os corpos dos soldados espanhóis que morreram nessa batalha. A Casa da Memória também é dedicada ao Cerco da Lapa, pois é o abrigo de documentos históricos do

município, incluindo livro raros e antigos atingidos por balas durante a batalha (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020).

Na Casa Lacerda, a mobília e decoração de todos os ambientes são originais da época e foi o local da assinatura do ato de rendição da cidade entre Maragatos e Pica-Pau, também é cobrada entrada de R\$3,00 (PARANÁ TURISMO, 2021). A Casa Vermelha é onde se comercializa diversos tipos de artesanatos produzidos pelas associações da cidade, inclusive a famosa cachaça da Lapa, feita no Alambique do Lara que virou o souvenir preferido dos turistas e pode ser encontrada em vários pontos comerciais com preços médios que variam entre R\$ 5,00 e R\$ 12,00 (PARANÁ TURISMO, 2021).

Existem três restaurantes típicos na Lapa que servem comida tropeira, sendo o Lipski Restaurante, o mais caro; O Casarão com preço entre Lipski e Espaço Único e o Espaço Único que é o mais barato entre os três típicos da cidade com valores de R\$32,00 a R\$52,00. Além da comida tropeira e da cachaça, surgiu na cidade a coxinha de farofa que se tornou símbolo da Lapa e custa R\$ 3,95 cada e é possível levar para viagem (PARANÁ TURISMO, 2021).

Entre os atrativos e atividades turísticas junto a natureza e saúde na Lapa, além da RPPN Mata do Uru, existe o Parque Estadual do Monge, uma UC Estadual administrada pelo Instituto Água e Terra (IAT), onde morou João Maria D'Agostini, um conhecido monge da região. A entrada é gratuita, com atividades relacionadas a vista panorâmica da cidade, trilha entre as pedras, gruta e um olho d'agua bento por São João Maria.

Em 2019, aconteceu o primeiro Circuito de Cicloturismo Caminhos da Lapa em comemoração aos 250 anos da Lapa e reuniu 200 ciclistas de 14 a 68 anos de idade, residentes da Lapa, da região metropolitana de Curitiba e de algumas cidades de Santa Catarina participaram do evento e o Circuito Eco Ambiental corrida e caminhada que passou por partes centrais da cidade. A competição reuniu aproximadamente mil atletas que se dividiram nos percursos de 5km, 10km e caminhada (LAPA, 2019).

Com relação à saúde, muitas pessoas procuram o SPA Médico Lapinha, o primeiro do Brasil nessa categoria é necessário ficar hospedado por sete dias. A diária varia de R\$1.641,86 a R\$2.427,28, conforme seu site oficial (LAPINHA, 2021).

Devido à proximidade de Curitiba, geralmente os visitantes fazem "bate-volta", porém a Pousada Solar da Lapa é conhecida pela limpeza, ambientes renovados e café da manhã farto. A diária é a partir de R\$270,00 (PARANÁ TURISMO, 2021).

Mais de 50% do perfil dos visitantes na Lapa de 2013 a 2016 foram oriundos de Curitiba, ou seja, pode-se considerar como uma extensão dos turistas em Curitiba devido à proximidade e a riqueza histórica no município.

O principal turismo na cidade é o histórico-cultural, porém também tem importância o turismo religioso com o Parque Estadual do Monge, Santuário de São Benedito e a Igreja Matriz de São Antônio. Nos últimos anos o turismo de aventura com voo livre e escaladas, campeonatos esportivos ciclismo, corridas e caminhadas e o turismo local através dos produtos locais, como cachaça, geleias, mel e café colonial (FEGGER, GÂNDARA E SOUZA, 2016).

### **Proposta de plano de uso público para a RPPN Mata do Uru**

Antes de apresentar a versão proposta da estrutura de organização do plano de uso público da RPPN Mata do Uru, cabe destacar alguns aspectos gerais identificados ao longo da pesquisa, os quais são apresentados aqui em caráter de reflexão.

O primeiro aspecto evidencia o potencial receptivo de público em geral, pois a RPPN possui infraestrutura adequada que, a partir de adaptações e ações de complementação e manutenção suportariam o desenvolvimento da atividade. É ainda sugerido pelos gestores da UC de que atividades de visitação tenham algum direcionamento ou aproximação com os processos de valorização e conservação de um dos últimos remanescentes de Floresta com Araucária no Paraná. Assim, há vocação para o desenvolvimento do turismo em suas modalidades que se alinham atividades em contato com a natureza, a exemplo do ecoturismo.

O segundo aspecto é de caráter legal, considerando que a RPPN é uma UC de categoria indicada para a realização de ações de uso público, em especial associada a atividades turísticas. Essa relação ainda contribui para implementação do princípio estabelecido no SNUC de que as UC podem se tornar polos de desenvolvimento social e econômico em seus territórios.

O terceiro aspecto se relaciona ao fato do município da Lapa (PR) ser um polo turístico consolidado e relevante no cenário turístico paranaense. Há ainda algumas modalidades de turismo que se alinham aos objetivos de conservação da RPPN, como ciclo turismo e turismo em contato com a natureza, por exemplo. Fica evidente também a localização privilegiada da RPPN, tanto em relação a sede do município da Lapa (PR), quanto sua proximidade e acesso facilitado em relação a cidade polo da Região Metropolitana, no caso Curitiba (PR). Aliado a este aspecto ficou evidente a motivação dos atuais gestores da RPPN em consolidar parcerias com instituições públicas e privadas, com destaque aos atores envolvidos com o campo do turismo.

O quarto aspecto se refere à gestão da RPPN e seus processos de tomada de decisão. É importante enfatizar que todas as atividades aqui desenhadas deverão ser aprovadas pela gestão atual e proprietários, acionando ainda seu conselho gestor. Portanto, mais do que uma versão proposta de plano de uso público, trata-se de uma sugestão de proposição com base nas informações obtidas a partir do interesse da gestão e dos proprietários em abrir a RPPN Mata do Uru para o público, e não apenas para grupos de estudantes. Mesmo que a vocação da RPPN Mata do Uru seja alinhada a conservação da área, a procura também é pela busca por recursos financeiros para diminuir a dependência de recursos financeiros para manutenção da gestão da UC.

O quinto aspecto se relaciona com o próprio plano de manejo da RPPN Mata do Uru. Sua elaboração foi contundente e técnica, consolidando um documento detalhado e alinhado com as diretrizes legais incidentes, quando comparado com os planos analisados. Contudo, a partir do levantamento primário de dados com os gestores da UC, percebeu-se certo desalinhamento. No item destinado ao uso público no referido documento, há definição de uso público em três vieses estratégicos, sendo: visitação recreativa, o de educação para conservação ambiental e o de relacionamento com o entorno, todos buscando favorecer o desenvolvimento de processos de conscientização para a importância da preservação. Contudo, não há previsão de ações estruturais que levem ao atendimento deste objetivo. A

autonomia financeira, por exemplo, não está descrita em atividades objetivas no plano de manejo da RPPN Mata do Uru. Tal fato reitera a necessidade de proposição deste plano de uso público como sendo elemento descritivo possível para implementação da possibilidade financeira.

O sexto e último aspecto, relaciona-se com a própria gestão da RPPN Mata do Uru. O êxito no aspecto financeiro perpassa ao êxito na proteção da UC e quanto a isso a RPPN Mata do Uru segue de forma exemplar, portanto, a base está sólida para aperfeiçoar e dar condições para a implantação de outras atividades de gestão que favoreçam sua sustentabilidade, no caso, financeira. Exemplos de arrecadação de capital vão desde a venda de produtos com a marca das UC, como camisetas, bonés, chaveiros, cartões postais, canecas, entre várias possibilidades, até a cobrança de ingresso para o acesso, visita ao museu, trilhas e parcerias com agências de turismo. Ainda neste aspecto, destaca-se, igualmente exemplar, as atividades de educação ambiental que estão sendo realizadas. Elas reforçam a vocação da UC e contribuem para processos contundentes de sensibilização das pessoas. Embora hoje ela esteja restrita ao público escolar, a mesma estrutura física, paisagística, pedagógica e de capital humano pode ser adaptada a novos e diferenciados públicos e sujeitos da ação pedagógica. Neste contexto, sugere-se ainda que na próxima revisão do plano de manejo a educação ambiental tenha destaque, tendo seu próprio programa em seu planejamento.

Com isso e com base no percurso metodológico seguido, em especial à sistematização das respostas dos questionários utilizados no método Delphi e que serviu também de etapa de validação do plano preliminar, sugere-se a seguinte estrutura para a proposição do plano de uso público para a RPPN Mata do Uru:

- Objetivo, onde se apresenta a vocação da RPPN Mata do Uru;
- Visão de futuro, que representa as expectativas sobre a trajetória a ser seguida pela gestão da UC;
- Diretrizes, que funcionam como eixos norteadores, sendo apresentadas em ordem de prioridade (indicação do método Delphi);
- Planos de ações, com vistas a alcançar o objetivo e suas estratégias, sendo apresentadas em ordem de prioridade (indicação do método Delphi);
- Medidas necessárias para iniciar a implementação das atividades de uso público propostas (item iv), a título de sugestão e referendadas nos dados das experiências das RPPN analisadas. Também apresentadas em ordem de prioridade (indicação do método Delphi);
- Resultados esperados, que representam contribuições possíveis, tanto da RPPN Mata do Uru para o município da Lapa (PR), quanto do município da Lapa (PR) para a RPPN Mata do Uru;
- Avaliação com indicadores de desempenho, que serve de ferramenta de monitoramento sobre o que está sendo feito e o que precisa melhorar ou aperfeiçoar para garantir a eficácia e eficiência do plano de uso público na RPPN Mata do Uru.

Esta estrutura com mais informações está consolidada no Quadro 1.

**Quadro 1:** Estrutura do plano de uso público na RPPN Mata do Uru.  
**Frame 2:** Structure of the public use plan in RPPN Mata do Uru.

Elemento estruturante do Plano Uso Público	Informações e detalhes
Objetivo	Promover a conservação da biodiversidade, tendo a preservação como estruturante, de um dos últimos remanescentes de Floresta com Araucárias no Paraná, bem como, servir de referência para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, educação ambiental e ecoturismo.
Visão de futuro	Continuar sendo um exemplo de conservação da biodiversidade em toda sua plenitude, como exemplo de unidade de conservação implementada, atendendo aos seus objetivos de criação e buscando a sua autonomia e independência financeira.
Diretrizes	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Parcerias com setor de turismo (público e privado): infraestrutura e roteiros turísticos;</li> <li>2) Visitação, com possibilidade de cobrança de entrada e abertura ao público em geral;</li> <li>3) Comercialização de produtos com identidade da RPPN;</li> <li>4) Prospecção e acesso a fundos de investimentos (públicos e privados, via projetos e PSA);</li> <li>5) Desenvolvimento de cursos de formação ligados à área ambiental;</li> <li>6) ICMS ecológico, articulação com prefeitura municipal para sua alocação na RPPN.</li> </ol>
Atividades de uso público com potencial de implementação na RPPN da Mata do Uru	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Turismo ou ecoturismo educativo, voltado para escolas da região com foco em crianças para sensibilização em conservação da natureza (mediante construção de parcerias). Vinculado à educação ambiental. Envolve ainda criação de material didático;</li> <li>2) Turismo ou ecoturismo científico para pesquisadores e interessados, tendo a RPPN como um laboratório aberto de conservação da biodiversidade;</li> <li>3) Turismo ou ecoturismo tradicional para público em geral, com foco na contemplação da natureza, meditativo, terapêutico e ações de observação da paisagem. Envolve ainda criação de material informativo e de divulgação.</li> </ol>
Medidas necessárias para implementação das atividades de uso público propostas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Realização de estudo de viabilidade (relação entre equipe necessária e número de visitantes);</li> <li>2) Formalizar parcerias (público e privadas);</li> <li>3) Criação de novas opções de atrativos, a partir das orientações do Plano de Manejo;</li> <li>4) Estruturação física de novos roteiros (e ajuste aos existentes);</li> <li>5) Consolidar uma estratégia de comunicação e divulgação da RPPN e seu uso público;</li> <li>6) Definição de equipe/funcionários e seus respectivos custos operacionais (envolve pessoal de receptivo, educadores ambientais, atendimento médico, segurança, limpeza/conservação);</li> <li>7) Organizar fluxo de capital financeiro;</li> <li>8) Realizar treinamento/capacitação da equipe/funcionários.</li> </ol>
Resultados esperados: contribuições da RPPN Mata do Uru para o município da Lapa (PR)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Movimentação/fortalecimento do turismo regional (visibilidade em cenário regional);</li> <li>2) Relação de identidade e pertencimento da população lapaense;</li> <li>3) Conservação da biodiversidade e sua manutenção (enquanto política pública e provimento de serviços ecossistêmicos essenciais à sadia qualidade de vida da população);</li> <li>4) Estímulo a criação de novas Unidades de Conservação com vias de maior arrecadação de ICMS Ecológico;</li> <li>5) Benchmarking de gestão, sendo referência de aprendizado para outras RPPN;</li> <li>6) Referência no desenvolvimento de atividades de educação ambiental.</li> </ol>
Resultados esperados: contribuições do município da Lapa (PR) para a RPPN Mata do Uru	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Direcionamento de parte do ICMS ecológico para investimento de infraestrutura (qualidade das estradas que são acesso à área, garantia de sinalização, manutenção da ponte na estrada interna da RPPN);</li> <li>2) Ampliação dos espaços destinados ao turismo da cidade, com inserção da RPPN nos roteiros turísticos da Lapa (PR), ampliando e apoiando sua divulgação;</li> <li>3) Manutenção e melhoria na pavimentação e sinalização da estrada até RPPN;</li> <li>4) Educação ambiental como instrumento de sensibilização da população;</li> <li>5) Incentivo a criação de unidades de conservação e políticas públicas associadas (PSA, fundos de investimento, editais de financiamento de projetos).</li> </ol>
Avaliação	Criação de indicadores de desempenho através de tábuas de pontuação.

**Fonte:** elaborado com base nos planos de manejos das RPPN (autor, 2021).

**Source:** prepared based on RPPN management plans (author, 2021).

No sentido de detalhar cada elemento estruturante, seguem abaixo algumas proposições que possam favorecer eventuais ações de implementação do plano de uso público proposto.

Quanto ao objetivo, houve alinhamento das respostas dadas pelos gestores e proprietários da UC na etapa de coleta de dados primários (questionário Delphi), porém sem a menção ao turismo ou visitação como sendo uma das vocações da UC. Na segunda rodada do questionário Delphi, a partir de novo questionamento do pesquisador sobre essa ausência do turismo como vocação, considerando que as demais perguntas do questionário foram respondidas incluindo esta atividade, o ecoturismo surgiu como aspecto a ser considerado. Neste sentido, o ecoturismo se insere também enquanto objetivo do plano proposto. O alinhamento foi em relação a promover a conservação da biodiversidade, tendo a preservação como estruturante, de um dos últimos remanescentes de Floresta com Araucárias no Paraná. Por fim, de forma consolidada, o objetivo inclui o ecoturismo junto das atividades de pesquisa e educação ambiental.

Ainda sobre a ausência do turismo e atividade de visitação na pergunta relacionada à vocação da RPPN, pode-se atribuir como um dos motivos que ainda não se desenvolveram ações de visitação e turismo na UC, mesmo elas estando presentes em trechos do plano de manejo. Considerando os aspectos potenciais do turismo na região conforme apresentado ao longo da pesquisa, perceber o ecoturismo como atividade central em um plano de uso público é algo salutar, que faz refletir sobre as possibilidades de considerar essa “nova” vocação para RPPN Mata do Uru.

Quanto as estratégias, a busca e consolidação de parcerias com setor de turismo (público e privado) surge como prioritária. Na área pública, em junho de 2020, a cidade da Lapa (PR) lançou um programa de recuperação econômica voltado ao turismo com objetivo de fortalecer os estabelecimentos comerciais, feirantes e artesãos, estabelecendo o elo com organizações de acesso à crédito e ampliando, didaticamente, conhecimentos diversos de boas práticas (LAPA, 2020).

Já tratando de parceria privada, a busca por agência de turismo para incluir a RPPN Mata do Uru no roteiro da cidade depende da alteração do formato de visitação que acontece hoje, restrita a estudantes. O foco dessa parceria com agências de turismo seria por busca de mais turistas interessados no ecoturismo. Portanto, sugere-se buscar agências de turismo da Lapa (PR) e de Curitiba (PR), capital próxima e que contempla a região metropolitana.

Outra estratégia visando a autonomia financeira é através da cobrança de ingresso, algo comum em UC, inclusive nas RPPN federais no Paraná que basearam esse estudo comparativo com a RPPN Mata do Uru. A RPPN Salto Morato, por exemplo, mantida pela Fundação Grupo Boticário cobra entrada de R\$20,00 e, independente da condição financeira do seu mantenedor, cobra essa taxa para a manutenção da RPPN, bem como tem em seu programa de uso público a busca por autonomia financeira. A Salto Morato, durante a pandemia, suspendeu o camping e alojamento, atividades com cobrança além da entrada, e manteve trilhas, observação de aves e banho de rio. Outro exemplo, é o Buraco do Padre e Fenda das Freira, embora outro tipo de UC, tem entradas de R\$15,00 a R\$36,00 e com cobrança extra de atividades, locação de churrasqueira, entre outros. Durante a pandemia, teve vários visitantes e é tratado como um exemplo de passeio na natureza. Localiza-se na Região de Itaiacoca em Ponta Grossa (PR).

No decorrer do trabalho foram descritas as atividades com cobrança de ingressos de outras RPPN federais com as mesmas características da RPPN Mata do Uru, com o observatório astronômico na RPPN Bellatrix; o observatório de aves, prática de esportes, passeio em rios e acesso a cavernas na RPPN Reserva Ecológica Sebuí; locação de churrasqueira, trilha para ciclismo na RPPN Reserva da Pousada Graciosa; atividades de tirolesa, rapelesa e corvolesa na RPPN Ninho do Corvo.

São ideias e atividades feitas em RPPN federais no Paraná que podem ser implementadas na RPPN Mata do Uru, desde que resguardadas as suas características de estrutura e objetivos de conservação. Além disso, pode-se criar concursos de fotografia, exploração do museu que era a casa do antigo proprietário com melhorias nos arquivos e resgate de mais informações, entre outros.

Outra alternativa para aumentar a receita na RPPN Mata do Uru é a comercialização de produtos com identidade da RPPN. Um dos exemplos de sucesso de comércio dentro de UC é no PNI de Foz do Iguaçu (PR), guardada as devidas proporções, serve de inspiração para a RPPN Mata do Uru, pois neste caso a visita termina na loja, ou seja, na RPPN Mata do Uru ao finalizar a visita, poderia ter no Centro de Visitantes uma loja com vendas de vestuários, itens para residência, cartão postal, ou seja, lembranças para os visitantes. Diferente do PNI, a gestão da loja poderia ser própria devido ao menor número de visitantes, menor espaço e menor estoque. Aqui, sugere-se a busca por empresas que fazem produtos com materiais reciclados, colaborando, assim, com a vocação da RPPN Mata do Uru que além da conservação, mostra-se preocupada com o futuro, bem como a criação de um site com loja virtual.

Passadas as sugestões com comparativos com outras RPPN com modelos de atividades que podem ser ampliados ou adaptados conforme preferência ou sugestão dos especialistas, a sugestão de cobrança de ingressos para entrada e de atividades e comercialização de produtos com loja física e também online, é importante acessar os fundos de investimentos públicos e privados, via projetos e PSA.

Os fundos municipais são instrumentos especiais que concentram recursos para a realização de atividades específicas. É uma Lei Federal nº 4.320/64 e a Prefeitura Municipal é responsável pela sua realização. Diferente dos impostos, os fundos municipais só podem utilizar a receita arrecadada para a atividade divulgada inicialmente, por isso há criação de orçamento próprio, normas especiais e prestações de contas. Os mais conhecidos fundos são dos Direitos da Pessoa Idosa, da Criança e Adolescente, de Assistência Social etc. A criação do fundo pode ser feita por iniciativa popular. Essa proposta teria de seguir o trâmite normal de qualquer lei, ou seja, ser aprovada pela Câmara de Vereadores e pelo prefeito. Criada a lei é possível buscar receita e realizar o que previu no início. Isso vale para Educação Ambiental, Ecoturismo, entre outros. O fundo de crédito privado é o investimento de uma pessoa para a realização de alguma atividade. O PSA já foi descrito no trabalho e tem o objetivo de conceder incentivos econômicos a proprietários de RPPN, para que estes aumentem a qualidade do serviço ambiental fornecido à sociedade pelas suas áreas naturais. Segue o princípio "protetor-recebedor" e "usuário-pagador". Quem disponibiliza através da sua RPPN recebe e quem usa, paga. É um pagamento direto ao proprietário.



Continuando na área governamental, por causa da RPPN Mata do Uru, o município da Lapa (PR) recebe o ICMS Ecológico do Governo do Paraná e como debatido na pesquisa, este imposto não tem obrigatoriedade de ser aplicado por quem gerou, ou seja, repassado ao proprietário da RPPN que arca com todo o ônus que a RPPN gera, por ser tratar, como o próprio nome diz, de algo particular, porém o benefício é gerado para toda a população e financeiramente para a Prefeitura Municipal. A articulação com poder executivo municipal para sua alocação na RPPN é necessária para melhorias da estrutura, acesso, sinalização. Em 02/06/2021, o IAT divulgou os valores brutos do ICMS Ecológico repassados para cada cidade, o valor acumulado que a Lapa (PR) recebeu no período de janeiro a maio de 2021 foi de R\$131.651,58, sendo participação da RPPN Mata do Uru, 6,57%, ou seja R\$8.622.10 no primeiro semestre de 2021 (IAT, 2021).

Aproveitando da vocação da RPPN Mata do Uru e do histórico das atividades realizadas, sugere-se desenvolvimento de cursos de formação ligados à área ambiental, voltado para escolas da região com foco em crianças para sensibilização em conservação da natureza (mediante construção de parcerias). Vinculado à educação ambiental. Envolve ainda criação de material didático para que os estudos não fiquem restritos ao momento da visita. Aqui, cabe parceria com a Prefeitura Municipal da Lapa e de Curitiba, Institutos com foco em educação básica pública, Instituições de Ensino que façam excursão, tanto pública como privada, para conhecer a RPPN Mata do Uru e tê-la como forma de conscientização da importância de conservar o meio ambiente. Hoje, na RPPN Mata do Uru, existe a atividade de educação ambiental, que é o único acesso de público que acontece na UC. É necessário agendamento e vínculo educacional. É fundamental essa experiência para adaptar e aumentar o turismo educativo na RPPN Mata do Uru. Neste aspecto, sugere-se ainda aproximação com a própria Universidade Positivo em seus diferentes cursos de graduação e junto aos Programas de Pós-graduação, a exemplo do Programa de Pós-graduação em Gestão Ambiental, o qual desenvolve pesquisas e apresenta corpo docente qualificado e alinhado com gestão de UC.

Para a ampliação das atividades de visitação e turismo, necessita-se qualificação da infraestrutura de receptivo, desde a manutenção da existente até a construção de novas estruturas em potencial, bem como treinamento de funcionários e profissionais, pois é necessário a realização com segurança e saúde. Ao participar de atividades na natureza, surge as possibilidades de pesquisas científicas, a consciência sobre o meio ambiente e conservação.

Inicialmente haverá custos para a reforma, adaptação, logística, colaboradores, operações, profissionalização, ou seja, o primeiro passo é o estudo de viabilidade, no sentido de estabelecer relação entre o custo da equipe e estrutura física necessária e número de visitantes. Neste estudo, necessariamente, deve-se incluir estudo rigoroso e técnico de capacidade de carga, na eventualidade de utilização da trilha existente ou ainda de novas atividades diretas nas áreas hoje protegidas pela UC.

Sugere-se também parceria para prospecção de fundos ou editais de projetos para implementação inicial e capital de giro, pois futuramente será autossustentável, desde que tenha organização gerencial do uso público, levando em consideração a parte administrativa-financeira do uso-público.

A RPPN Mata do Uru, além de fornecer qualidade de vida para a população do entorno e contribuir para a arrecadação de ICMS Ecológico para Lapa (PR), deve

se comunicar com a população lapeana e paranaense como motivo de orgulho para a cidade e para o estado, assim como outras UC são para sua população. Para isso, se faz necessário melhor comunicação, abertura da RPPN, servir de exemplo para outras UC e ser referência para quem busca criar uma RPPN na cidade, estado e país. A RPPN Mata do Uru precisa estar de portas abertas para isso e inserida no roteiro turístico lapeano.

Em termos de avaliação do processo de implementação do plano de uso público, sugere-se a criação de um instrumento de avaliação, com indicadores claros e alinhados com cada atividade a ser implementada. Em todo novo modelo de negócio, faz-se necessário delimitação de métricas e resultados esperados bem definidos, em horizonte de tempo pré-estabelecido, através de tábuas de pontuação para ter claro o que está superando, regular ou sendo insuficiente.

Por fim, a RPPN Mata do Uru espera continuar sendo um exemplo de conservação da biodiversidade em toda sua plenitude, como exemplo de UC implementada, atendendo aos seus objetivos de criação. Destaque para seu papel e contribuição para o desenvolvimento local e regional, especialmente em relação ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental, pesquisa e turismo em suas diferentes modalidades

### **Considerações Finais**

As RPPN apresentam diversas particularidades, tanto por estar em contextos territoriais distintos, como sua vocação, identidade e cultura de gestão. As ações de uso público devem respeitar tais particularidades. Assim como a diversidade da paisagem protegida, a infraestrutura existente e o que seus proprietários esperam em relação a sua gestão, precisam ser levadas em consideração.

Para a organização das etapas de implementação futura do plano de uso público na RPPN Mata do Uru, sugere-se manter indicadores atualizados para que se possam avaliar o desenvolvimento de suas atividades, especialmente em relação à disponibilização de recursos financeiros, desde que respeitando, sempre, o plano de manejo e seus objetivos de criação.

Investigar experiências de uso público em outras RPPN surgiu como estratégia oportuna, porém deve servir mais como inspiração do que como um manual a ser seguido. As atividades realizadas em outras UC podem ser iguais, porém são exclusivas para aquelas áreas. Para tanto, é necessário investimento, iniciativa, disponibilidade e planejamento objetivo de implantação de atividades de uso público.

Estruturar, organizar e legitimar um plano de uso público é o primeiro passo de um longo caminho.

### **Referências**

BOULLÓN, R. **Ecoturismo y sistemas naturales urbanos**. 2. ed. Buenos Aires: Librerías y Distribuidora Turísticas, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 23 de janeiro de 1934. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d23793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm)>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

BRASIL. Lei 4.471 de 15 de setembro de 1965. Aprova o novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 15 de setembro de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm)>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

BRASIL. Decreto Federal 98.914 de 31 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por destinação do proprietário. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 31 de janeiro de 1990. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D98914.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98914.htm)>. Acesso em 26 de maio de 2021.

BRASIL. Decreto Federal 1.922 de 5 de junho de 1996. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 5 de junho de 1996. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1922.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1922.htm)>. Acesso em 03 de setembro de 2021.

BRASIL. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 18 de julho de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em 03 de setembro de 2021.

BRASIL. Decreto Federal 4.240 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 22 de agosto de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm)>. Acesso em 03 de setembro de 2021.

BRASIL. Projeto de Lei 5.974 de 29 de setembro de 2005. Dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais. Autor: **Senado Federal** - Waldeck Ornelas. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=301799>>. Acesso em 02 de julho de 2021.

BRASIL. Decreto Federal 5.746 de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 5 de abril de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm)>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

BRASIL. Lei 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 25 de maio de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

CÂMARA, I. G. As Unidades de Conservação e o paradigma de Durban. **Natureza & Conservação**, v.2, n.2, p. 08-14, 2004.

CEGANA, A. C. V. Reservas particulares do patrimônio natural do estado do Paraná: situação atual e perspectivas. **Dissertação** de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Agronomia; Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, p. 1 – 32, 2005.

DIEGUES, A.C. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, Ano 9, nº 16. p. 33-45, 1989.

FEGER, J.E.; GÂNDARA, J.M.G; SOUZA, S.V. Análise da reputação online do destino turístico Lapa (Paraná): uma aplicação do método TOURQUAL para análise da qualidade em serviços. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 6, n.2, p. 138-156, 2016.

GRISHAM, T. The Delphi technique: a method for testing complex and multifaceted topics. **International Journal of Managing Projects in Business**, v.2, n.1, 2009, p112-130.

GOMES, P.C.C. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA: **Planilha de valores brutos repassados por município em 2019**. Curitiba, 30 de março de 2020. Disponível em: <[http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-03/repassa\\_icmse\\_2019\\_por\\_municipio.pdf](http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/repassa_icmse_2019_por_municipio.pdf)>. Acesso em 05 de setembro de 2021.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA: **Planilha de valores brutos repassados por município em 2021**. Curitiba, 30 de março de 2021. Disponível em: <[https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-01/repasses\\_municipios\\_jan\\_dez\\_2021.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2022-01/repasses_municipios_jan_dez_2021.pdf)>. Acesso em 05 de setembro de 2021.

LAPINHA: **História do Lapinha SPA**. Disponível em: <<http://lapinha.com.br/lapinha/historia>>. Acesso 5 abr. 2020

LINSTONE, H. A.; TUROFF, M. (2002). **The Delphi method: Techniques and applications**. Addison Wesley Newark, NJ: New Jersey Institute of Technology. Disponível em: <<https://web.njit.edu/~turoff/pubs/delphibook/index.html>>. Acesso 14 set. 2021.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. **Contribuição das Unidades de Conservação brasileiras para a economia nacional**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. Disponível: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/240/arquivos/relatorio\\_final\\_contribuio\\_uc\\_para\\_a\\_economia\\_nacional\\_reduzido\\_240.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/240/arquivos/relatorio_final_contribuio_uc_para_a_economia_nacional_reduzido_240.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2021

OLIVEIRA, J. A. P. de. Governmental responses to tourism development: three Brazilian case studies. **Tourism Management**, 24, pp. 97–110, 2003.

PASSOLD, A. J; KINKER, S. M. S. Visitação sustentável em unidades de conservação. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, D.V.M. (Ed.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

PIMENTEL, D. S. Uso Público em Unidades de Conservação: planejamento, turismo, lazer, educação e impactos. **Artigos** do 1º e 2º Encontros Fluminenses –2013 e 2015. Niterói: Ed. Alternativa, 2015.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

QUAMMEN, D. **Yellowstone**: a journey through America's wild heart. 2016.

QUAMMEN, D. Pacto com a Natureza. **National Geographic**, v. 17, n. 124, p. 58-81, 2016.

SILVA, T.E.; CRISPIM, M.C.; ANDRADE, M.O.; REGALA, P.S. Ecoturismo e Educação Ambiental nas trilhas guiadas no Vale do Capão (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.14, n.3, ago/out-2021, pp. 368-390.

TAKAHASHI, L. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do Estado do Paraná. **Tese** de Doutorado - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998

WEAVER, D. Comprehensive and minimalist dimensions of ecotourism. **Annals of Tourism Research**. 2005.

ZUCCHERELLI, M. A "Rota dos Tropeiros" - Projeto turístico na região dos Campos Gerais: um olhar antropológico. **Dissertação** de Mestrado em Antropologia Social - Curso de Antropologia Social - Universidade Federal do Paraná, 2008.

**Fernando Henrique Kuchenbecker**: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: fernandofhk@uol.com.br

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0445034146328352>

**Marcelo Limont**: Universidade Positivo, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: marcelo.limont@up.edu.br

Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0375425834139947>

Data de submissão: 20/10/2021

Data de recebimento de correções: 25/10/2022

Data do aceite: 09/06/2022

Avaliado anonimamente